

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO**

**Sandra Adelina Giacomini**

**Mulheres em Situação de Violência Atendidas pelo Centro REVIVI:  
relações de sujeição e resistência**

Porto Alegre  
2009

**Sandra Adelina Giacomini**

**Mulheres em Situação de Violência Atendidas pelo Centro REVIVI:  
relações de sujeição e resistência**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadoras:

Profa. Dra. Jane Felipe

Profa. Dra. Dagmar E. Estermann Meyer

## **RESUMO**

Este trabalho busca dar visibilidade ao que vem sendo desenvolvido pelo Centro da Mulher REVIVI de Bento Gonçalves, que atende mulheres em situação de violência. Através da análise dos dados colhidos em 103 entrevistas de acolhimento feitas em 2008, entendo estarmos contribuindo com a promoção dos direitos das mulheres e equidade de gênero, abrindo espaço para um tema que por muito tempo foi silenciado pela sociedade. Trata-se também de um trabalho que pretende contribuir para repensar e/ou modificar estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher, problematizando as relações de poder em que tais diferenças e desigualdades são produzidas e legitimadas.

Palavras-chave: Situação de Violência. Direitos das Mulheres. Equidade de Gênero. Relações de Poder.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	8
<b>3 METODOLOGIA E ANÁLISES</b> .....	18
3.1 DADOS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS .....	18
3.2 CASAMENTO E FAMÍLIA .....	19
3.3 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E CONSTRUÇÕES DO FEMININO .....	22
3.4 ASPECTOS RELACIONAIS DE GÊNERO E A CENTRALIDADE MASCULINA .....	24
3.5 PODER E RESISTÊNCIA .....	26
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
<b>ANEXOS</b> .....	34

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher acontece em todo o mundo e atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, graus de instrução, raças, etnias e orientações sexuais. Apesar de muitos avanços e conquistas das mulheres na direção da equidade de gênero, persiste a manifestação do poder masculino através da expressão da violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

Mesmo na contemporaneidade, é possível perceber o quanto à sociedade ainda se estrutura de forma androcêntrica privilegiando historicamente o homem. Apesar de tais concepções não pararem de se transformar, as relações de poder seguem garantindo a hegemonia do masculino, sustentando-lhe um lugar hierarquicamente superior.

No momento em que entendendo que homens e mulheres se constituem como sujeitos, de forma continuada, através da cultura, vislumbro a possibilidade da desconstrução dessa tal sujeição. Assumo aqui uma postura de não-neutralidade, entendendo a violência como inaceitável e insustentável em qualquer tipo de relacionamento. Desta forma, busco, através do meu trabalho, a defesa dos direitos humanos das mulheres, que se expressam em ações para conquista da cidadania feminina e superação das situações de violência contra a mulher.

Especificamente com relação as estatísticas de violência contra a mulher, a OMS (2002) refere que quase metade das mulheres assassinadas são mortas pelo marido ou namorado, atual ou ex. A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada.

Alguns dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (1997) indicam que:

- a) um em cada 5 dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas;
- b) a cada 5 anos, a mulher perde 1 ano de vida saudável se ela sofre violência doméstica;
- c) o estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres em idade produtiva;
- d) uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência;

- e) um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento estimou que o custo total da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país.

Segundo a Fundação Perseu Abramo / Relatório dos Direitos Humanos (2005) cerca de uma em cada cinco brasileiras (19%) declara espontaneamente ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem. Quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, o índice de violência sexista ultrapassa o dobro, alcançando 43%. Dentre as violências mais comuns destacam-se a agressão mais branda, sob a forma de tapas e empurrões (sofrida ao menos uma vez por 20 %). Mas 11% chegaram a sofrer espancamento, com cortes, marcas ou fraturas.

A taxa de espancamento (11%) para o universo investigado (61,5 milhões) indica que pelo menos 6,8 milhões, dentre as brasileiras vivas, já foram espancadas ao menos uma vez na vida. Considerando que 31 % declararam que a última ocorrência foi no período de 12 meses anteriores a pesquisa, chega-se a uma mulher espancada a cada 15 segundos por ano no nosso país.

Estima-se que menos de 10 % dos casos chegam às delegacias, segundo o Relatório Nacional Brasileiro a CEDAW/ONU (2003).

Segundo o estudo técnico nº 46 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, verificamos que os crimes de ameaça e lesão corporal contra a mulher entre os anos de 2002 a 2007, foram os que apresentaram as maiores médias históricas em relação ao total dos delitos, sendo que a cada 10.000 mulheres, aproximadamente 132 já sofreram algum tipo de ameaça e 99 sofreram lesões corporais.

No ano de 2007 foram 154.249 registros de ocorrência policial de crimes cometidos contra a mulher.

Bento Gonçalves, local da realização da pesquisa que empreendi para elaborar meu trabalho de conclusão de curso, é um município com 100.643 habitantes segundo o censo de 2007, com um PIB per capita de 22.673 (FEE/2005). Conta com um Posto da Mulher que registra aproximadamente 100 casos de violência contra mulheres por mês.

A pesquisa foi realizada com mulheres usuárias do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – REVIVI de Bento Gonçalves onde atuo como psicóloga desde a sua implantação em outubro de 2007. Farei uma descrição das mulheres atendidas no ano de 2008 através da análise estatística dos dados colhidos em entrevista semi-estruturada de acolhimento, além de uma análise qualitativa de algumas dessas entrevistas. Serão investigadas questões referentes à como se estabelece uma relação de violência a partir de um relacionamento afetivo. De que forma ela se mantém ao longo dos anos? Qual a história de

vida de uma mulher em situação de violência? Que vivências, que construções de gênero podem ter contribuído para sua sujeição ao masculino? Como a situação de violência passou a ser questionada? Que sentimentos a mobilizaram a buscar ajuda? Como se dão as relações de poder e resistência nesse contexto de busca por um serviço de referência?

O Centro REVIVI surgiu concomitantemente a articulações em relação à instalação da Coordenadoria da Mulher e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município. A implantação da Lei Maria da Penha trouxe consigo, além dos avanços da própria Lei, a possibilidade de dar visibilidade a situação da violência contra a mulher, e assim sensibilizar o poder público no sentido de criar políticas públicas para este segmento da população.

A equipe que atua na sede é composta por uma coordenadora, uma psicóloga e duas secretárias. O referido Centro é composto ainda por uma equipe ampliada onde os mais diversos setores da comunidade, seja governamental ou não governamental, estão representados, compondo uma rede de atendimento a *mulher em situação de violência*. Procura-se oferecer um atendimento de suporte as mulheres que chegam ao serviço, proporcionando um espaço de escuta, orientações e o atendimento propriamente dito. O serviço também está preocupado com a promoção dos direitos da mulher e a garantia da equidade de gênero. Desse modo, o centro procura desenvolver uma série de ações de caráter preventivo e educativo junto à comunidade, procurando atuar para reduzir a vulnerabilidade da população feminina.

Apesar do nome formal da instituição referir-se a mulheres vítimas de violência, empregarei neste artigo a expressão *mulheres em situação de violência*, por entender que a mulher não é essencialmente uma vítima; encontra-se em uma situação de violência por uma contingência de fatores marcados por relações desiguais de poder, de modo que também podemos indagar de que forma é possível estabelecer focos de resistência. Neste sentido Foucault (2005, p. 5) afirma que “Onde há poder, há resistência”, portanto, deve haver sempre possibilidade de resistir contra determinadas formas de sujeição.

O poder não é algo que possa ser dividido entre aqueles que o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula que funciona em cadeias, que se exerce em rede. Os indivíduos nunca são alvos inertes ou consentidos do poder, são sempre centros de transmissão. Em outras palavras, o poder não se aplica aos indivíduos, e sim passa por eles, sendo o indivíduo um dos primeiros efeitos do poder. (FOUCAULT, 1997, p. 184).

Sendo o REVIVI uma política pública, ao reunir informações sobre as mulheres usuárias de visibilidade à mulher em situação de violência, procurando favorecer assim discussões a respeito do tema. Discussões estas que possam produzir ações na busca da equidade de gênero, contribuindo com novos olhares e novas metodologias de enfrentamento

a situação de violência de gênero. O presente estudo pretende tentar ir além do lugar de reconhecimento e denúncia da situação de violência sofrida pelas mulheres, para entender algumas das dimensões constitutivas das relações de poder que se estabelecem e que continuam a sustentar as situações de violência de gênero vigentes. Dessa forma, este trabalho pode contribuir para repensar e/ou modificar estratégias de enfrentamento dessas situações de violência, no Centro em que trabalho Conforme diz Meyer (2003), uma análise que se encaminha nessa direção, precisa exercitar a capacidade de deslocar o foco da “mulher dominada em si”, para descrever e problematizar as relações de poder em que tais diferenças e desigualdades são produzidas e legitimadas.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desta forma me utilizo do conceito de gênero como categoria analítica que permite a problematização dos processos sociais, em sentido amplo, que produzem o que aprendemos a conhecer, nomear e a viver como feminilidade e masculinidade.

A violência contra a mulher vem ganhando maior visibilidade ao longo dos anos a partir de mudanças no seu entendimento. O movimento feminista desempenhou um importante papel no sentido de dar visibilidade a situação de sujeição da mulher através de lutas, denúncias e reivindicações. No final da década de 70 já havia um reconhecimento da violência contra a mulher como um problema social decorrente das desigualdades de gênero. Na década de 80, gênero torna-se uma categoria de análise de fenômenos sociais que envolvem a dinâmica das relações entre homens, entre homens e mulheres e entre mulheres.

O termo gênero fez sua aparição inicial entre as feministas americanas para enfatizar o caráter sócio-cultural das distinções baseadas no sexo. Gênero veio para denunciar os lugares distintos assumidos por homens e mulheres indo além da discussão de papéis e funções atribuídos a cada sexo, que historicamente beneficiaram o sexo masculino. Assim traduzimos violência contra a mulher como uma violência de gênero, e a expressão máxima da desigualdade entre homens e mulheres.

Gênero, então faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens. (FERNANDES, 2006, p. 11).

O termo gênero é também utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas e subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz as crianças e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar 'construções sociais' - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. (SCOTT, 1995, p. 75).

Como afirmou Simone Beauvoir (1980, p. 9) “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Nascemos com definições estabelecidas de sexo e raça, e sobre elas se constrói nossa identidade social que vai se modificando ao longo do tempo. “O corpo é, portanto, o suporte no qual são produzidas as diferenças simbólicas de gênero”. (GROSSI, 2004, p. 7).

Para que se compreenda o lugar e as relações entre homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. (LOURO, 1997, p. 21).

A exceção dos quatro imperativos biológicos já citados (o homem fecunda, a mulher menstrua, gesta e amamenta), outras diferenças são construídas na relação do indivíduo com a cultura e a sociedade. (PAIVA, 1990, p. 33).

Neste sentido é importante discutir de que forma as identidades de gênero e as identidades sexuais são construídas.

Para Butler (2003) as identidades sexuais e de gênero são resultados de discursos que se repetem com força performativa, e desta forma as definem e controlam. A forma como definimos o que é ser homem, o que é ser mulher, não é algo somente descritivo. Trata-se de um discurso que produz algo, produz uma posição social à qual se atribuem determinadas características, funções e lugares de maior ou menor valor, produzindo assim determinados corpos e identidades culturais.

Lacan, numa releitura de Freud, enfatiza o simbólico e a linguagem na constituição do sujeito, onde há um questionamento em relação à idéia de um sujeito fixo e unificado. A identidade refere-se a um processo de contínuas identificações, que surge a partir da falta. Conforme Kathryn Woodward (2004), mesmo que a psicanálise marque as mulheres com sujeitos faltantes, diferentes dos homens que entram na ordem simbólica como sujeitos desejantes, o que é importante é a subversão que as teorias psicanalíticas fazem do eu unificado bem como a ênfase que colocam no papel dos sistemas culturais representacionais no processo de construção da identidade.

A história e a cultura são uma limitação evidente à constituição das nossas expressões simbólicas. Ao mesmo tempo, cada cultura e cada sociedade são também uma manifestação da psique humana e não tem existência independente dela. (PAIVA, 1990. p. 53).

Os Estudos Culturais se aproximam de uma perspectiva pós-estruturalista pela promoção da desconstrução de muitas certezas, através de diferentes práticas críticas. “O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes”. (PETERS, 2000, p. 29). Nega a procura da verdade absoluta, se propõe a um entendimento dinâmico da situação, perguntando onde, quando, por quem e como tais sujeitos foram inventados. Se propõe a estudar a cultura entendendo-a não como um espaço simbólico de dominação e reprodução de idéias dominantes, mas como um lugar de luta entre diversas culturas vinculadas a determinados extratos da sociedade, ou seja, na construção da cultura há disputas pela imposição de significados. Da mesma maneira que se exerce o poder se exerce uma resistência a este poder.

Os Estudos Culturais teorizam, ainda, sobre a construção da identidade a partir de Pedagogias Culturais, onde, através de determinados artefatos culturais, tais como músicas, TV (programas de entretenimento, publicidade), cinema, livros, mídia em geral, dentre outros, são produzidos e reiterados valores culturais e sujeitos de uma cultura. Citando Tomaz Tadeu Silva (2000, p. 89) “qualquer instituição ou dispositivo cultural que, tal como a escola, esteja

envolvida - em conexão com relações de poder - no processo de transmissão de atitudes e valores”.

O conceito de identidade tem sido entendido e utilizado de diversas formas. No entanto, aqui utilizarei o termo identidade a partir do sentido que lhe confere Tomaz Tadeu da Silva (2004) que aponta para a interdependência entre identidade e diferença, onde as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Quando afirmo que sou determinada coisa, refiro-me também aquilo que não sou. Muitas vezes, tal afirmação de uma identidade acaba por reiterar e estabelecer uma oposição binária, onde um é sempre mais valorizado que o outro, entendendo também que ambas são produzidas, “criadas por meio de atos de linguagem”.

Quando falamos que a identidade e a diferença são construídas em relação à diferença estamos falando que um é a norma e o outro é o fora da norma, há uma marcação de posições-de-sujeito. Aos sujeitos que estão na norma são atribuídas características positivas, produzindo uma identidade considerada natural. Ainda que várias masculinidades e várias feminilidades estejam em circulação, é possível observar uma ênfase na identidade masculina associada à racionalidade, ao indivíduo ativo, dominador, pertencente ao mundo público. A identidade feminina traduz-se em ser passiva, sentimental, submissa, mais voltada para o privado. Tais desigualdades são naturalizadas ao longo dos anos e justificadas por um modelo essencialista, atribuindo estas diferenças a natureza, desprezando a cultura e os discursos que nos constituem e nos subjetivam.

A afirmação *É um menino! É uma menina!* desencadeia um processo de construção de masculinidades e feminilidades. Inicia-se uma série de ações intermináveis, baseadas numa lógica heteronormativa da nossa cultura.

As histórias infantis narradas para as crianças desde a primeira infância como *Bela Adormecida*, *Branca de Neve*, *Cinderela*, convidam a menina a entregar-se aos braços de príncipes, e assim serem “felizes para sempre”. Desde cedo as meninas vivenciam situações em que se espera delas uma postura de docilidade, dependência e submissão. Aos meninos cabe o papel do príncipe, forte corajoso cheio de virtudes.

A religião, e aqui cito cristianismo, teve (e ainda tem) um papel significativo na construção dessas identidade femininas e masculinas, o que pode ser observado em passagens bíblicas da versão católica, tanto no antigo como no novo testamento. O apóstolo Paulo refere o princípio de subordinação da mulher ao homem: “o homem não foi tirado da mulher e sim a mulher do homem; e o homem não foi criado para a mulher e sim está para o homem”. (São Paulo, 1ª Corintios XI-7). Também Santo Ambrósio afirmou: “Adão foi induzido ao pecado

por Eva e não Eva por Adão”. E ainda São João Críóstomo teceu o seguinte comentário sobre a mulher: “Em meio a todos os animais selvagens não se encontra nenhum mais nocivo que a mulher”. Santo Tomás certa vez afirmou: “O homem é a cabeça da mulher, assim como Cristo é a cabeça do homem”. Sem citar a velha “maldição de Eva” no Gênesis (4-4): “Multiplicarei os sofrimentos de teu parto. Darás a luz com dor teu filhos; teus desejos te impedirão para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio”.

A Psicologia, como um todo, também tem re-afirmado e re-produzido, na contemporaneidade, as diferenças sexuais como forma de sustentar a identidade feminina, principalmente pela ênfase positivista, que dominou a disciplina, e que se fundamentava na neutralidade e na visão centrada no indivíduo. A própria psicanálise coloca a mulher como alguém que se constitui a partir de um outro masculino. “As mulheres entram na ordem simbólica de forma negativa - isto é, como ‘não homens’ e não como ‘mulheres’”. (WOODWARD, 2004, p. 66).

O dia-a-dia reproduz e atualiza relações desiguais de gênero, que acabam sendo repetidas de geração em geração, algo reiterado que passa a ser entendido como tradição, norma, algo “natural”. Assim, muitas vezes, as próprias mulheres, não se reconhecem em situação de violência.

Tornamo-nos sujeitos de uma cultura através de um complexo sistema de relações de poder que envolve família, escola, igreja e pedagogias culturais que através de artefatos culturais como mídia, cinema, música, brinquedos se constituem em práticas discursivas que designam, nomeiam, excluem e classificam. Conforme nos diz Arguello (2008) as características definidas para os gêneros não são meramente descritivas elas constituem sujeitos de uma cultura, “exercem uma ação produtiva”.

Uma variada gama de processo educativos formais e informais acabam por produzir corpos, transformando-os em masculinos e femininos, definindo atributos e hierarquizando-os. As práticas discursivas atribuem sentidos no social e definem relações de poder onde a violência contra a mulher pode ser entendida como resultado deste processo.

Entendendo deste modo parece que oportuno seria investir em modificações nas formas de produção dos gêneros vigentes, problematizando aquilo que é entendido como natural.

Movimentos sociais tais como o Feminismo buscaram e buscam estabelecer uma política de identidade que se concentra em afirmar a identidade cultural das mulheres. Sem esquecer as particularidades de cada grupo específico: de mulheres negras, lésbicas,

indígenas, as que se encontram encarceradas, as que professam determinado tipo de religião ou que pertencem a grupos étnicos-raciais, etc.

*O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, escrito em 1950, foi um ensaio feminista, contribuindo com o rompimento de uma visão naturalista e essencialista sobre o que é ser mulher. Simone viveu a adolescência depois da Primeira Guerra Mundial e em meio a toda mudança econômica e política, um novo tipo de mulher apareceu. “Acabaram-se os corseletes, as anáguas até os tornozelos”. (TOURAINÉ, 2007, p. 57). No seu lugar como sujeito feminista Simone assinala a manutenção de alguns padrões que mantinham (e mantém?) a mulher numa relação de dependência do masculino e cita o casamento como exemplo, “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente a mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não ser”. (BEAUVOIR, 1980, p. 165).

Aqui introduzimos a questão do amor tendo o casamento como o seu coroamento. A conjugalidade ocidental constitui-se a partir de um ideal de amor romântico, uma experiência culturalmente constituída e, portanto, vinculada a relações de poder.

Giddens (1992) apontou para o aspecto subversivo da idéia de amor romântico. Para ele, no amor romântico, homens e mulheres não se colocam da mesma forma na relação. Nossa sociedade percebe o homem como um ser autônomo e produtor de sua existência, a mulher é percebida em oposição aquilo que o homem não é. Assim o casamento se apresenta de maneira radicalmente diferente para um e para outro.

Às mulheres, cabe a manutenção do sentimento e da relação, aos homens cabe o encontro sexual. Quem se entrega totalmente ainda é a mulher, o homem “pode” buscar satisfação sexual também fora do casamento.

Jane Felipe (2007) aponta para algumas características da idealização do amor romântico. Segundo ela o sujeito que ama acredita que seu amor é maior do que qualquer outro; que um nasceu para o outro e se completa, “devendo” este amor ser mantido durante toda a eternidade. O amor romântico pressupõe que um conte “tudo” ao outro numa entrega incondicional. A autora segue apontando que “o casamento parece ser o coroamento do amor, em detrimento de outras modalidades de relação”. (FELIPE, 2007, p. 3). Essa união, pautada na concepção de amor eterno, de completude e entrega, juntamente com a maternidade, produz uma representação do que significa ser mulher na nossa sociedade; a mulher é subjetivada como aquela que tem a responsabilidade de manter a família. Os discursos performativos repetem que mulher é família.

Ainda sobre o casamento cabe aqui apontar que antigamente, por uma obrigatoriedade civil, as mulheres quando casavam incorporavam o sobrenome do marido e ainda hoje, por “opção”, muitas ainda o fazem. Assim o último sobrenome das mulheres era/é da família do pai e depois do marido, numa lógica da sociedade patriarcal, indicando assim onde e a quem as mulheres deveriam/devem obedecer.

Conforme Cláudia Fonseca, nos seus estudos sobre a temática da honra na sociedade brasileira, aponta que um homem honrado ainda é definido, em alguns grupos culturais, como aquele que tem uma mulher de respeito, recatada, controlada, pura, etc. Cabe ao homem, então, controlar a mulher; da conduta dela depende a sua honra.

Tanto homens como mulheres são sujeitos de um discurso construído pela cultura e por ele são subjetivados, desta forma não cabe dizer que o retorno à convivência com o autor da agressão deve-se ao fato dela “gostar de apanhar”, negando as desigualdades construídas culturalmente e atribuindo a situação como uma questão somente individual, de desgraça pessoal ou de injustiça social. Assim campanhas que se limitam ao Denuncie! Quem cala consente! Não “falam” às mulheres em situação de violência. Buscar ajuda está fora de cogitação e só faz aumentar a violência e o risco de morte. Entende-se como necessário ampliar a rede de forças sociais no projeto de equidade de gênero. Empresas, igreja, grupos organizados, podem e devem participar, incluindo aqui os homens.

Em nossa sociedade o gênero, assim como as classes e raças parecem se constituir em destinos “o poder é rico, branco e macho”. (SAFFIOTTI, 1987). “Violência étnico-racial, violência de classe e violência de gênero viabilizam a concretização da santíssima trindade”. (SAFFIOTTI, 2003).

Não se trata, porém de uma situação sem saída, a desconstrução de pactos familiares, comunitários e institucionais de aprovação ou tolerância, silêncio ou impunidade podem apresentar novos caminhos na construção de uma sociedade de direitos.

A discussão sobre a mulher como um sujeito de direitos passa pela desconstrução de representações de gênero, pela desconstrução hierárquica das diferenças que promovem desigualdades. Muitas vezes, quando essas *mulheres em situação de violência* pensam em denunciar os maridos/companheiros na Delegacia da Mulher, a família de origem (suas mães, avós, tias, pais) é a primeira a ir contra, alegando que ela não deve se meter em confusão. Como refere Patrícia Grossi (1996, p. 135), “ao destinar a mulher um papel submisso e passivo, a sociedade cria um espaço para dominação masculina, onde o processo de mutilação feminina é lento, gradual e considerado legítimo”.

A reprodução dessa lógica corrobora a idéia de que a culpa deve ser dela por não ter sido capaz de manter um lar satisfatório para o marido. Além disso, aprendemos que amar é simples, os que não amam tem alguma limitação afetiva. Assim o insucesso amoroso vem acompanhado de uma sensação de incapacidade, desvalorização de si.

Diferença não é sinônimo de desigualdade. É contra as relações desiguais, e não contra as diferenças, que se impõem os direitos humanos das mulheres. Superar o poder no sentido de dominação de uns sobre os outros é a base de um trabalho que resulta no entendimento de uma rede de relações interdependentes, sem que as diferenças resultem em processos de desigualdade e interiorização.

Em alguns momentos da história, e ainda hoje, alguns dos direitos “garantidos” pela Constituição só valiam para homens, brancos, de maior poder aquisitivo e com determinado grau de escolaridade. Percebeu-se que determinados grupos da sociedade necessitavam de proteção especial, específica, pois eram mais discriminados e estavam em desvantagem, numa posição de inferioridade em relação aos demais. Justifica-se assim a existência de tratados internacionais e legislação específica que garanta os direitos das mulheres.

Atualmente a Lei Maria da Penha amplia o conceito de violência quando define, no seu artigo 7º que a violência contra a mulher inclui violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Além de avanços específicos no âmbito jurídico a Lei, apelidada de Maria da Penha, representa uma grande conquista do movimento de mulheres também por dar visibilidade a uma questão entendida por muitos como do âmbito familiar, trata-se do reconhecimento da violência contra a mulher como violação dos direitos humanos.

Sabemos, porém que a intervenção da Lei não dá conta do fim da violência contra a mulher. A complexidade da violência contra a mulher exige uma articulação entre diferentes áreas de atuação e de conhecimento. A escola pode ter lugar importante, discutindo tais questões e promovendo uma educação que contemple a equidade de gênero.

Os materiais informativos sobre a violência geralmente se referem aos ciclos de violência citando três fases: a tensão, a violência e a lua-de-mel. Na fase de tensão podem ocorrer incidentes como agressões verbais, crises de ciúmes, ameaças, destruição de objetos, etc. Neste período geralmente a mulher tenta acalmar o agressor e acredita que pode fazer algo para impedir que a raiva dele se torne cada vez maior. Sente-se responsável pelos atos do agressor e acredita que se fizer tudo corretamente os incidentes de violência podem terminar.

A segunda fase é marcada por agressões agudas, quando a tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. A relação se torna inaceitável e tudo se transforma em descontrole e destruição.

Terminado o período da violência física, o agressor demonstra arrependimento e medo de perder a companheira. Ele pode prometer alguma coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a companheira e demonstrar culpa e paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta e que será novamente o homem por quem ela se apaixonou. Muitas vezes, na expectativa de ter um bom momento, e diante de vários pedidos de perdão, a mulher recua de sua decisão e investe mais uma vez na relação.

Saber-se em situação de violência não é um movimento de ação e reação. Trata-se de um longo processo de sujeição que precisa em primeiro lugar ser admitido. Processo esse que traz consigo a negação de si como sujeito e entende o outro como o senhor da sua vida. Conforme nos diz Ávila (2002) a restrição das mulheres ao espaço doméstico, da vida em família, se sustentou numa relação hierárquica entre senhor e serva.

[...] pertencer ao homem era a forma de existência social da mulher [...]. Dessa maneira as mulheres estavam isentas de responsabilidades sobre si próprias, o que caracteriza a menoridade de quem não alcança ser sujeito. (AVILA, 2002, p. 128).

Perceber-se como um sujeito de direitos produz uma recusa em aceitar uma situação de desigualdade como algo definitivo. Entendendo a desigualdade entre os gêneros como algo construído culturalmente, possibilita um espaço para sua desconstrução. Guacira Louro (2004) nos diz que os processos de significação inscrevem determinadas marcas nos corpos em diferentes espaços e tempos, mas tais significações são incapazes de se fixar definitivamente nestes corpos, a significação é alvo de disputa de redes de poder.

Trata-se de construir uma atuação consistente e articulada já que as significações de gênero e poder constroem-se reciprocamente, quando a mulher exerce a resistência ela está exercendo poder.

A história das mulheres é uma história de sujeição assim como uma história de resistência. Olympe de Gouge, citado por Maria Conceição Araújo Carrion (1985) em seu texto *Condição feminina: da opressão a resistência*, publica no século XVII uma Declaração dos Direitos das Mulheres, cujo artigo afirma que “a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; ela tem da mesma forma o direito de subir na tribuna”.

Da mesma forma que a religião católica deu visibilidade a mulheres bíblicas como Eva e Maria: Maria nos remetendo a um modelo de mãe sofrida e digna, tendo um importante papel na construção da identidade feminina, no que se refere à noção de sofrimento como algo da mulher; Eva representando a mulher que não soube se controlar, definindo o ser feminino como aquele que necessita de um outro que o conduza e proteja; podemos passar a dar visibilidade a outras mulheres bíblicas como Lilith, personagem feminina do antigo



testamento, uma figura de poder feminino, ou Rute o único livro da Bíblia escrito por uma mulher.

Torna-se fundamental desnaturalizar processos construídos historicamente. A violência contra a mulher, em determinado momento, sob determinada circunstância, é a própria negação do prazer, a afirmação de um pela negação do outro. Numa situação de dominação não há liberdade, assim não há como se formar a resistência.

Só é possível haver relações de poder, quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relação de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos, certa forma de liberdade. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Sendo o exercício de poder, segundo Foucault, algo que se estabelece entre dois sujeitos capazes de resistir, a violência contra a mulher seria então um estado de dominação, onde não se estabelecem relações de poder. Seguindo na proposta de Foucault, existem “estados de dominação” que bloqueiam as relações de poder, estados que devem ser questionados.

As relações de poder não são alguma coisa má em si mesma [...]. O problema não é, portanto dissolvê-las, [...] mas se imporem regras de direito, técnicas de gestão e também a moral, o êthos, a prática de si, que permitirão neste jogos de poder, jogar o mínimo possível de dominação. (FOUCAULT, 2006, p. 284).

Trata-se de se produzir uma rachadura no discurso da dominação, que não interessa nem a quem domina porque ali não se estabelece a relação de poder.

Muito se tem falado na idéia do empoderamento das mulheres (empowerment), inclusive várias ações governamentais tem usado o termo. No entanto, ele precisa ser visto com cautela do posto de vista teórico, isto porque ele implica na idéia de que alguém dá poder para outra pessoa, quando o poder está em todos os lugares e se estabelece a partir das relações. O termo empoderamento surgiu com os movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, que passou a ser usado pelas feministas nos anos oitenta. Segundo Nelly Stromquist (1997) uma definição de empoderamento deve incluir os componentes cognitivos, psicológicos, políticos e econômicos:

- a) **Componente cognitivo** refere-se à compreensão que a mulher tem de sua subordinação, assim como as causas desta em níveis micro e macro da sociedade. Envolve a compreensão de ser, e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. Este componente cognitivo do empoderamento também inclui um novo conhecimento sobre as relações e ideologias de gênero, sobre a sexualidade, os direitos legais, as dinâmicas conjugais, etc.;

- b) **Componente psicológico** inclui o desenvolvimento de sentimentos que as mulheres podem por em prática a nível pessoal e social para melhorar sua condição, assim como a ênfase na crença de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças; autoconfiança e auto-estima são fundamentais;
- c) **Componente político** supõe a habilidade para analisar o meio circundante em termos políticos e sociais, isto também significa a capacidade para organizar e promover mudanças sociais;
- d) **Componente econômico** supõe a independência econômica das mulheres, esse é um componente fundamental de apoio ao componente psicológico.

Não se trata então de dar poder a alguém, mas de entender que as relações de poder são fluidas e movimentadas, que o poder está em todo lugar e se exerce por meio de estratégias muitas vezes sutis, em níveis variados e em pontos diferentes da rede social.

Poder, na perspectiva foucaultiana não é negativo, mas sim produtivo, não é fixo mas se estabelece por meio de relações. Visto desta forma vemos rompido um binarismo de bom e mau, dominante e dominado, vítima e agressor.

Assim na situação de violência contra a mulher, a mulher não é vítima mas está em situação de violência e o homem é um autor da agressão. A identidade de vítima coloca na mulher a necessidade de proteção, tirando-lhe a autonomia. Ela precisaria assim de um outro que falasse por ela, não sendo ela a protagonista na sua própria vida, Falar do homem como autor da agressão vem nesta mesma linha de possibilidade, sem fixar a identidade como agressora, o homem é o protagonista do ato violento e pode sair de cena.

Um discurso flexível propicia que micro-poderes possam se estabelecer, provocando rupturas com o discurso hegemônico, diminuindo ao máximo as relações de dominação entre os gêneros. Somos todos indivíduos descontínuos, em construção, sujeitos de vários discursos que vão nos subjetivando e compondo nossa individualidade.

### 3 METODOLOGIA E ANÁLISES

Será realizada uma descrição das mulheres atendidas pelo Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – REVIVI, através da análise dos dados colhidos em entrevista semi-estruturada de acolhimento, além de análise de algumas dessas entrevistas, que procurará contemplar as seguintes questões:

- a) Como se estabelece uma relação de violência a partir de um relacionamento afetivo? De que forma ela se mantém ao longo dos anos?
- b) Qual a história de vida de uma mulher em situação de violência?
- c) Que vivências, que construções de gênero podem ter contribuído com sua subjetivação de sujeição ao masculino?
- d) Como a situação de violência passou a ser questionada?
- e) Que sentimentos a mobilizaram a buscar ajuda?
- f) Como se dão as relações de poder (e resistência) neste contexto de busca por um serviço de referência?

As questões elencadas não estão em busca de uma verdade universal, definitiva. Acredita-se que existem muitas verdades, nenhuma delas melhor que as demais, verdades que dependem dos modos de vida, dos contextos sociais específicos onde ocorrem. O próprio pesquisador está inserido em um contexto e olha o mundo a partir deste seu referencial, no caso desta pesquisa atuou num serviço de proteção e apoio as mulheres em situação de violência, não sendo totalmente neutra no meu olhar sobre a realidade que acompanho.

Pretendo utilizar no trabalho em questão as posições propostas pelo construcionismo social, onde se leva em consideração a especificidade cultural e histórica do conhecimento, sem essencialismos, onde o foco está na interação humana, prevalecendo as práticas sociais sobre as condutas individualizadas. Onde linguagem e o discurso constroem o social.

#### 3.1 DADOS DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

As mulheres atendidas pelo REVIVI tem idades que variam de 16 e 65 anos, sendo a média de 37 anos.

Diversas instituições do município encaminham mulheres em situação de violência para o REVIVI. As instituições com maior número de encaminhamentos foram albergue (n=15), Posto da mulher (n=11) e Unidades Básicas de Saúde (n=8). Outras fontes de encaminhamento são o Conselho Tutelar, SAE, SEMHAS.

Tendo como dado estatístico o registro de 100 ocorrências mês no Posto da Mulher de Bento Gonçalves evidenciamos que ainda é pequeno o número de mulheres que buscam o centro REVIVI, aproximadamente 10 %. Apesar disto observa-se que um percentual considerável busca o serviço espontaneamente (42 %) mostrando que o serviço vem tendo visibilidade.

Os casos de violência contra a mulher acompanhados pelo REVIVI foram basicamente de violência continuada, que acontece dentro do lar, cometida por marido, dentro de um relacionamento estável. A partir do relato das mulheres atendidas é recorrente “a necessidade” de manutenção do casamento, apesar das violências sofridas por anos seguidos. Das 103 mulheres 80 conviviam com o agressor, sendo a média de convivência de 14 anos. 25% das mulheres conviveram mais de 20 anos com o agressor. 86% com filhos.

Todas as mulheres atendidas se reconhecem em situação de violência psicológica, o que em geral não é encontrado em pesquisas sobre o tema. Cabe aqui ressaltar o lugar da pesquisa, um Centro de Referência onde às mulheres buscam espontaneamente (mesmo que encaminhadas), o que demonstra um “dar-se conta” de sua situação enquanto sujeito privado de direitos. 68% referem sofrer violência física.

Por se tratar de um serviço público o REVIVI tem como sua maior clientela pessoas com um baixo poder sócio-econômico, que geralmente está associado a baixos índices de escolaridade.

A maior parte das mulheres entrevistadas tem sua própria fonte de renda, o que de certa forma lhes oferece certa independência financeira, mas que mesmo assim não lhe dá condições de romper com a situação de violência. Temos a reafirmação de que a situação de violência refere-se a um quadro onde muitos fatores estão envolvidos, não havendo uma verdade como solução.

O uso de álcool e outras drogas também são registrados na maioria dos casos, o que evidencia o seu efeito potencializador da ação de violência.

Diante dos referidos dados procurei desenvolver algumas unidades de análise que se referem aos questionamentos propostos pela pesquisa e outros que surgiram no decorrer da mesma.

### 3.2 CASAMENTO E FAMÍLIA

Sabemos, pelo resgate histórico, que a família monogâmica surgiu de condições econômicas, cuja finalidade do casamento seria garantir a herança aos filhos legítimos,

concretizando assim o triunfo da propriedade privada sobre a propriedade primitiva. Podemos dizer então, que os modos de relação entre homens e mulheres, destacando o casamento e as relações familiares, foram “inventados” e gradativamente institucionalizados.

Para garantir um objetivo maior, o econômico, foram sendo “inventadas” posições de sujeitos. Foram sendo atribuídas funções a uns e a outros, produzindo desigualdades e também relações de violência.

Com a burguesia, sob a égide do liberalismo, uma nova configuração familiar se estabeleceu, o homem deixava de ser proprietário da família para ocupar o lugar de pai e provedor. A mulher não era mais propriedade do marido, mas mãe, educadora e protetora dos filhos, cuidadora do marido e do lar. Precisava-se, então, de outras justificativas para garantir a norma e a hegemonia do masculino.

Teorias psicológicas que se baseavam em padrões binários e estereotipados de homens e mulheres, legitimaram através da ciência, o masculino como o forte, guerreiro e o feminino como o frágil, sensível e que necessita de tutela.

O amor romântico que, conforme Jurandir Freire Costa, também é uma invenção da cultura, veio para dar sustentabilidade a instituição do casamento. Se amar é algo natural todos os “normais” devem amar, e amar pressupõe estar apaixonado, casar-se com está paixão, ter filhos, criar os filhos e transformá-los em cidadãos. Trata-se de uma lógica que garante a norma. O casamento seria o coroamento do amor, e sua continuidade, uma vida de felizes para sempre.

Jurandir Freire Costa aponta, porém, que homens e mulheres são subjetivados de maneira diferente por este discurso performativo de “até que a morte nos separe” e/ou “felizes para sempre”, tendo em vista as diferenças que se estabelecem em nossa cultura do que é ser homem e do que é ser mulher. A continuidade do casamento mesmo se submetendo a violências é a realidade de muitas mulheres pesquisadas neste estudo. Somente após anos algumas delas conseguem vislumbrar um outro tipo de relacionamento.

*“Sou daquele tempo antigo em que tem que morrer junto”.<sup>1</sup>*

*“Tive aquela criação casou tem que agüentar; tem filhos, tem que agüentar”.*

Simone de Beauvoir, em 1949, já anunciava o início da derrubada do mito da feminilidade, mas também falava das dificuldades que teriam que ser enfrentadas visto a criação das mulheres, que tinham como destino normal o casamento que as subordinava ao

---

<sup>1</sup> Todas as citações em itálico se referem a transcrição da fala das entrevistadas.

homem. O prestígio da virilidade estaria muito longe de se apagar em virtude das sólidas bases econômicas e sociais.

Se por um lado as mulheres aprendem que devem preservar a família acima de tudo, os homens aprendem que um amor ferido é justificativa para violências.

A fase da “lua-de-mel”, teorizada no ciclo da violência de gênero, quando os homens autores de agressão costumam chorar, pedir perdão e se mostrarem arrependidos dando presentes e sendo carinhosos, acaba criando uma sensação de bem estar, que reascende a esperança no casamento. *“Eu perdoei, ele tava louco de bom”*. As mulheres acabam perdendo e dando crédito ao arrependimento, trata-se de mais uma forma de investir no casal e a família, evitando uma separação.

Os mitos sociais do casamento e da maternidade, como as principais fontes de realização feminina, vão tendo efeito de verdade através de sua ação performativa, seja pelos discursos das instituições formais ou de pedagogias culturais, que acabam tendo ação direta na vida das pessoas construindo identidades. As mulheres que não correspondem, ou rompem com este padrão de normalidade se sentem culpadas e/ou fracassadas.

*“Tentei fazer o meu casamento dar certo. Fracassei”*.

*“Dizer que tô me separando é o fim do mundo. Não tenho cara”*.

*“Sempre achei feio a mulher se separar”*.

A família de origem, por sua vez, reproduz e atualiza representações de gênero quando as queixas da mulher, a respeito de sua situação de violência, são interpretadas como coisa de quem é frágil, de quem é muito sensível, “fraquinha”, que não sabe enfrentar os problemas da vida. Isto só reforça a necessidade de manutenção do casamento, tendo um homem forte ao seu lado, provedor.

Muitas vezes a mãe foi, ou continua sendo, uma mulher em situação de violência e se oferece como modelo a ser seguido. Há um legado transgeracional nas atribuições de gêneros.

*“Quando tentava me separar minha mãe me mandava de volta”*.

*“Tentei me separar e minha família disse que eu tinha que assumir”*.

*“Ele é muito bom, não deixa faltar nada”*.

A religião, como parte integrante e importante de nossa cultura, também tem seu peso na justificativa da manutenção de um relacionamento afetivo-violento assujeitando a mulher. Cito uma frase dentre muitas que também acabam tendo efeito de verdade por sua ação performativa: *“O que Deus uniu o homem não separa”*.

A forma como as mulheres vão construindo suas feminilidades, a partir das atribuições de gênero propostas por nossa cultura, oferece um campo fértil para produção de violências difíceis de serem identificadas.

### 3.3 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E CONSTRUÇÕES DO FEMININO

Conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) violência psicológica é toda ação ou omissão que causa ou visa causar dano à auto-estima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças, humilhações, chantagem, cobranças de comportamento, discriminação, exploração, crítica pelo desempenho sexual, não deixar a pessoa sair de casa, provocando o isolamento de amigos e familiares, ou impedir que ela utilize o seu próprio dinheiro. Considera-se que dentre as modalidades de violência é a mais difícil de ser identificada, apesar de bastante freqüente, por ser silenciosa e muitas vezes “autorizada” pela cultura. Ela pode levar a pessoa a sentir-se desvalorizada, sofrer de ansiedade e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio. Para a OMS (1998), a violência psicológica ou mental inclui: ofensa verbal de forma repetida, reclusão ou privação de recursos materiais, financeiros e pessoais.

Nesta pesquisa todas as mulheres entrevistadas referem ter sofrido violência psicológica em seus relacionamentos. O Centro REVIVI, parece oferecer uma continência suficiente que permite a denúncia da violência que não deixa marcas visíveis no corpo. Por conseguirem buscar ajuda as mulheres atendidas pelo REVIVI, já saíram do silêncio e conseguem se ver na condição de sujeito de direitos.

Mesmo assim muitas, em seus relatos, temem não ser entendidas, principalmente quando elas querem que o autor da agressão seja ouvido. Muitos autores da agressão negam o fato ou ainda, caso assumirem a agressão, atribuem a culpa para mulher.

A violência psicológica provoca marcas profundas na constituição do sujeito. Ameaças, proibições, ciúmes, controle, xingamentos, sexo forçado no casamento, não provocam marcas no corpo, mas vão assujeitando o indivíduo, minando suas possibilidades de fazer frente aquela relação de subordinação, como se pode perceber por alguns relatos:

*“Tenho medo de sair com ele, não posso rir, nem virar para o lado”.*

*“Quando falo em me separar ele ameaça com a perda da casa, perda da guarda do filho”.*

*“Prometeu matar. Degolar e jogar rio abaixo”.*

*“Por duas vezes não consegui fazer o cito na data marcada, ele insiste em manter relação”.*

*“Tu acaba te menosprezando. O que tu fica ouvindo no dia-a-dia fica pensando que é assim como ele diz”.*

Na análise de Del Prior (1993) a maternidade é apontada como um dos mitos da construção do feminino, esperava-se (e espera-se?) que a mulher desempenhe em casa o “papel” da “santa mãezinha”, cuja principal tarefa era a gestação e criação da prole. Dentro deste contexto cultural ser ameaçada de perder a guarda dos filhos torna-se uma violência.

Associado ao mito da maternidade temos a retórica do amor materno, que convoca a todas as mulheres a serem mães e como mães a tudo perdoar em benefício da manutenção da família.

O exercício da sexualidade, associado à manutenção da honra masculina, também pode ser entendido como uma violência psicológica. Cláudia Fonseca (2002) nos diz que a mulher, como única guardiã do “segredo” podia decidir se ia ou não honrar a confiança que o marido depositava nela, mas apesar deste poder (e por causa deste poder) ela é alvo de extrema vigilância e controle. Ao corpo feminino é atribuída responsabilidade de garantir a honra do macho.

Tal relação de poder autoriza o homem a agredir verbalmente sua companheira, cerceando suas amizades, limitando a forma de como se vestir, para onde ir.

*“Ele me cheira quando chego em casa, sou governada por ele”.*

*“Quer que eu fique só dentro de casa”.*

*“Tem ciúmes, não quer que eu trabalhe. Não deixa que eu saia de casa”.*

*“Mulher minha não trabalha, eu sustento!”.*

*“Acha que sou propriedade dele. Tudo é motivo para desconfiar”.*

*“Que serviço tua tia arrumou pra ti? Tu vai pra zona que eu sei!”.*

Ser homem em nossa cultura é, entre muitas outras representações, ter a infidelidade como regra, onde o sexo é visto como incontrolável e uma necessidade básica. De outro lado, ser mulher é associar amor a sexo, com um reforço a conjugalidade monogâmica. Pode-se falar então em pedagogias amorosas que constituem sujeitos a partir de relações desiguais.

*“Diz que tem quatro amantes. Que quer arrumar uma para cada dia, que quer ter liberdade”.*

Conforme Meyer (2005, p.7) “tornar-se sujeito de uma cultura envolve um complexo de forças e de processos de aprendizagem”. Tratam-se de pedagogias que sutilmente vão



sendo repetidas e vão naturalizando algumas representações de gênero, bares como “lugares de homem”, uso abusivo de álcool “coisa de homem”.

Baseado nestas representações a cultura define lugares para o sujeito cabendo a mulher desempenhar a posição de cuidadora do companheiro que é doente, mesmo vivendo em situação de violência. Este discurso circula inclusive entre médicos que aconselham as esposas dos pacientes a estarem com os seus maridos durante o tratamento. Eles precisam de apoio para superar a doença, e elas.

E freqüente que as mulheres digam que os maridos só se tornam agressivos quando estão bêbados, sendo excelentes maridos e pais quando sóbrios, mesmo que isso quase nunca aconteça. Tal discurso, associado a idéia de doença, corrobora a necessidade de continuar casada, oportunizando a mulher um lugar “privilegiado” pela cultura e pela religião, como aquela que tem o poder de apoiar, que mesmo sofrendo coloca a família acima de tudo.

A articulação do movimento de mulheres trouxe os chamados direitos civis e passou a reconhecer a mulher no ambiente público. Garantiu-se a ampliação da renda familiar, o direito ao voto, a saúde, a educação, a escolher quando e quantos filhos quer ter (e se quer ter) etc., mas todas essas conquistas não foram suficientes para que se efetivasse uma mudança efetiva na posição das mulheres em relação ao poder exercido pelos homens. A independência financeira parece não ser suficiente para possibilitar às mulheres relações de gênero mais igualitárias, já que pelas entrevistas realizadas a maioria das mulheres em situação de violência tem uma fonte de renda fixa. “A independência econômica permanece abstrata porquanto não engendra nenhuma capacidade política”. (BEAUVOIR, 1980, p. 116).

Parece então que as construções de feminilidade tem contribuído com uma relação de poder desigual que privilegia o masculino além de naturalizar e essencializar relações afetivo-violentas. Nem mesmo os direitos garantidos por lei conseguem subverter esta ordem, o que parece estar relacionado com a centralidade do masculino em nossa cultura.

### 3.4 ASPECTOS RELACIONAIS DE GÊNERO E A CENTRALIDADE MASCULINA

Quando inclui nas perguntas desta pesquisa “Que história de vida tem a mulher em situação de violência?” não tinha a noção de quanto ela estaria vinculada ao masculino. Desconsiderei o aspecto relacional de gênero, onde homens e mulheres são definidos em termos recíprocos. Não se pode compreender nenhum dos dois em um estudo completamente separado, algo infrutífero quando falamos em violência contra a mulher.

Como não poderia deixar de ser, nas entrevistas realizadas as referências ao masculino são freqüentes. E tais referências produzem e reproduzem desigualdades baseando-se nas diferenças sexuais. Produzem-se assim masculinidades e feminilidades que visam garantir a norma vigente onde a centralidade é masculina.

Assim características consideradas pela sociedade como positivas, entre elas o domínio do espaço público, a liberdade, são consideradas características “essencialmente” masculinas. Cabe as mulheres circular pelo espaço privado aguardando pelo “príncipe” para assim serem introduzidas no espaço público, como num “Baile de Debutantes”, o pai e o “namorado/amigo” dançam com a adolescente apresentando-lhe para sociedade. Respeitadas as diferenças sócio-econômicas, as histórias relatadas se referem a esta construção. Frequentar bares, bailes e boates só em companhia dos pais ou irmãos e posteriormente do namorado ou marido. O homem acaba representando aquele que oferece a mulher o espaço público, lhe apresentando o mundo além do doméstico.

*“Os meus pais não deixavam que saíssem só nós dois, assim muitas vezes eu tinha que ficar em casa. Decidimos casar assim poderíamos ir as festas juntos sem problemas”.*

*“Ele me mostrou tudo! Com ele fui gente. Tudo o que eu fazia era com ele. Comecei a viver depois dos 18 anos”.*

A figura masculina representa maior liberdade e poder, sendo depositado no namorado e futuro marido a possibilidade de “ser feliz”. O namoro e/ou casamento apresentam-se como oportunidades de uma vida mais completa, inclusive com a possibilidade do exercício da sexualidade ser culpa (mas muitas vezes sem prazer!).

*“Vi nele uma família que eu nunca tive. Não tinha nada para fazer em casa, nem arrumar, nem cozinhar. Eu queria ter a minha casa”.*

Diante deste contexto uma situação de violência muitas vezes não é reconhecida nem pelas mulheres, tal grau de subjetivação a partir do modelo hegemônico masculino. Os homens também não se entendem como autores da agressão. A construção da masculinidade geralmente ancora-se em rituais violentos, onde a força e a virilidade são os atributos esperados.

*“Bate e no outro dia é como se nada tivesse acontecido. Para ele não aconteceu nada”.*

*“Ele se diz um marido perfeito”.*

Em alguns casos, quando as mulheres em situação de violência solicitam o atendimento ao autor da agressão, ouvimos relatos do quanto eles em se sentem “mandados”, como se elas quisessem controlar suas vidas afinal eles têm o direito de beber, de chegar tarde, bater, pelo simples fato de serem homens.

*“Tem que aceitar tudo como ele quer. Qualquer coisa que dissesse mandava calar a boca, chamava de idiota”.*

Poder e privilégio são atribuídos as diferenças sexuais, e a violência masculina é entendida como um modo de expressão “natural” do homem. Trata-se de uma prática quase que invisível, já que acaba sendo percebida como pertencer a “natureza” das coisas.

### 3.5 PODER E RESISTÊNCIA

Como a violência passou a ser questionada? Que sentimentos mobilizaram a busca de ajuda? Ao longo dos últimos anos principalmente através dos movimentos feministas as questões referentes aos direitos da mulher vem tendo maior visibilidade, inclusive, com relação à violência contra a mulher, com a criação de uma Lei específica de proteção e garantia de direitos. O próprio Centro de Referência REVIVI é um serviço recente, que através de suas ações seja de caráter preventivo ou de atendimento, vem oferecendo a possibilidade de fazer circular outros discursos, desestabilizando as relações de poder vigentes.

Todo o discurso é construído a partir de relações de poder, e assim é a violência contra a mulher. Como uma construção ele pode apresentar rachaduras, e é a partir destas brechas que a mulher pode oferecer resistência. Buscando o serviço elas estão oferecendo resistência a este processo perverso, que pode ser observados nas falas:

*“Jurei pra mim mesma que ele nunca mais iria me humilhar”.*

*“Não valeu a pena eu ter dado a chance”.*

O próprio entendimento de família pode ser entendido também como um foco de resistência. Ao longo dos anos, mantendo a situação de violência, muitas mulheres justificavam a permanência na relação pelos filhos; quando estes filhos a liberam desta obrigação, elas buscam ajuda.

*“Meu filho diz que eu devo me separar, é melhor que ele vá mesmo. No momento das brigas ele tenta me defender mas o pai ameaça bater nele também”.*

*“Quando não bebe é diferente, mas é difícil o dia em que não bebe. Como meu filho diz: ‘dos 30 dias ele bebe 28’”.*

*“Eu agüentei até ele começar a mexer com a cabeça do meu filho”.*

As reflexões feitas a partir do ideal de amor romântico onde a mulher se permite pensar sobre a vida sonhada e compará-la a vida real, também têm importância no processo de resistência.

*“Não gosto tanto que nem antes”.*

*“Consegui ver que ele me faz mal, hoje a cabeça fala mais alto que o coração”.*

*“Passei muito tempo chorando por alguém que chegava de madrugada em casa, comecei a ficar triste comigo mesma. Como ficar com um cara deste tipo, que vive me traindo! Percebia as pessoas zombando da minha cara. Já não choro mais, não fico sem dormir”.*

*“Nunca fui feliz com ele”.*

*“Me machucava muito; hoje eu vejo quanto ele me fez mal. Só vivi para ele, só olhava para ele, porque senão ia dar confusão. Não saia mais, não sorria mais”.*

*“Mesmo ele ganhando mais que eu, quando ele queria alguma coisa ficava com pena e comprava para ele, dividia as contas”.*

*“Tinha costume de ter alguém do lado, de ter com quem sair”.*

O trabalho e aos amigos são referidos como importantes no processo de superação da situação de violência, seja pela independência econômica ou pela possibilidade de estabelecer outros relacionamentos, ter mais liberdade, sentir-se sujeito de direitos.

*“Desta vez ele não chegou a me machucar porque gritei e peguei um pau, pedi socorro. Agora tenho amigas, trabalho. Foram as colegas de trabalho que começaram a dizer que eu deveria reagir, que eu tenho direitos, que não posso ficar apanhando quieta. Meu marido vem dizendo que tô colocando as asinhas de fora: ‘tá valente’”.*

*“Hoje tenho um emprego, tenho amigos. Teve uma época em que eu saí de casa mas não tinha amigas, nem com quem conversar. Me sentia muito sozinha, quando ele me procurou eu recuei e voltamos”.*

O apoio da família também é verbalizado, nele se ancoram alguns pontos de resistência a sujeição.

*“Todo mundo me apóia, a família dele, o filho. A sogra a diz que devo mesmo me separar, é um bêbado”.*

*“Quando o pai estava mal no hospital as enfermeiras contaram a ele que o genro teria dado um tapa na filha, ele morreu querendo que eu me separasse”.*

*“Hoje a mãe percebe quanto eu sofro”.*

O registro de ocorrência oferece oportunidade de equilibrar a relação de poder que estabelece na violência conjugal.

*“Ele tem outro processo por porte ilegal de arma. Em função disto também não quero lhe denunciar. Não quero que meu filho me jogue na cara que o pai está preso por minha causa. Ele também ameaça: ‘se tu me denunciar eu te mato, eu vou preso, mas te mato’”.*

*“Me senti muito bem quando fiz o registro na delegacia”.*

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dia ali estará a moça, ali estará a mulher cujo nome não mais significará apenas uma oposição ao macho nem suscitará a idéia de complemento e de limite, mas sim a de vida, de existência: a mulher-ser-humano. (Rainer Maria Rilke)<sup>2</sup>.

Quando nascemos, na grande maioria das vezes o médico tem a plena convicção ao anunciar o nascimento de um menino ou de uma menina, trata-se de imperativos biológicos inquestionáveis. Outros imperativos, estes propostos pela cultura, também almejam por este patamar de inquestionável quando nos perguntamos o que é ser homem e o que é ser mulher. Numa oposição binária o que é ser homem não pode ser o que é ser mulher, cabendo ao homem, ao masculino a identidade e a mulher aquele que é o outro, o diferente, o feminino. Constroem-se assim relações de poder extremamente desiguais com assimetrias desumanas como se evidencia na violência contra a mulher apresentada neste estudo.

A partir dos dados obtidos pela análise dos 103 casos atendidos pelo Centro REVIVI, ratifica-se o entendimento que as construções de masculinidades e feminilidades construídas por nossa cultura assujeitam a mulher.

Uma educação forma e informal marcada a partir de diferenças que encobrem desigualdades vão construindo homens e mulheres com poderes também desiguais. A família desde muito cedo vai apresentando um discurso que restringe a mulher ao espaço privado, garantindo ao homem o domínio público. O casamento com seu ideal de amor romântico passa a ser uma imposição da cultura a mulher, ser frágil que necessita ser conduzida por outro e “protegida” por este.

A hierarquia entre os gêneros garante a reprodução da hegemonia masculina, onde a própria mulher por muito tempo não consegue se ver como um sujeito de direitos iguais aos homens.

Nas sociedades tradicionais ser mulher era sinônimo de ser esposa e mãe e do homem era esperada a função de provedor. No momento em que entendemos como uma construção cultural temos a possibilidade de que sejam alteradas, dispensadas, trocadas, abolidas.

As transformações culturais, o feminismo, os avanços tecnológicos produziram já significativas mudanças nestas identidades masculinas e femininas. Não podemos negar que

---

<sup>2</sup> Rainer Maria Rilke nasceu em Praga em 4 de dezembro de 1875. É considerado como um dos mais importantes poetas modernos da literatura e língua alemã, por sua obra inovadora e seu incomparável estilo lírico.

muitas mulheres ainda são atingidas pelas desigualdades e pela violência, mas elas também se manifestam com intensidade, vendo-se mais livres que dependentes mais responsáveis que submissas. Todos os casos apresentados, por se tratarem de mulheres que buscaram um serviço de referência, vêm oferecendo resistência à sujeição.

Da mesma forma que a cultura procura legitimar seu discurso ela abre possibilidades de “rachaduras”. O próprio ideal de amor romântico que aprisiona a mulher torna-se um instrumento de resistência quando as mulheres conseguem fazer uma reflexão sobre seu relacionamento, muito longe do tal ideal.

Mesmo que se diga que apesar da independência financeira muitas mulheres ainda se mantêm na situação de violência, este parece ser um diferencial importante de resistência. A conquista do espaço público através do trabalho e da educação, também contribui com o reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direitos.

Este trabalho é um modesto exercício de desconstrução de discursos que contribuem com o a situação da violência contra a mulher. Sabemos que a busca pela equidade de gênero implica numa atuação muito ampla, intersetorial, garantindo continuas problematizações dos discursos hegemônicos de nossa cultura presentes nas instituições formais como família, escola, igreja e também na mídia, no cinema, na literatura, na música. São muitos os fatores envolvidos na manutenção de uma situação de violência, assim são várias as frentes necessárias que precisam ser acionadas no sentido de traçarmos planos de ação com vistas a modificar o quadro vigente.

O inimigo principal das mulheres não são os homens, nem tratamos aqui de uma ofensiva de guerra. A proposta é estabelecermos um movimento na gangorra das relações de poder.

A concepção foucaultiana possibilita compreender que o poder se constrói relacionalmente, apreendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais que se articulam a partir das correlações de forças internas. (FOUCAULT, 1997). Cabe a nós, sociedade em geral e em especial a educação, a academia e o serviço público dar visibilidade a certas forças, na medida em que enfraquecemos outras, procurando um equilíbrio e a equidade de gênero.

Encerro citando Guacira Louro (2004, p.13) “por certo há também aqui um processo, que ao invés de cumulativo e linear, caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo [...]. Não há um lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto”.

## REFERÊNCIAS

- ARGÜELLO, Zandra E. Representações de Gênero nos Discursos de Crianças Pré-Escolares. **Revista Artemis**, João Pessoa, v. 8, p. 68-83, jun. 2008.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo 2: a experiência vivida**. 5ª edição. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1980.
- BÍBLIA Sagrada. Edição Pastoral. 22ª impressão. São Paulo: Paulus, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8).
- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidades**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRION, Maria da Conceição Araújo. Condição feminina: da opressão a resistência. In: ALBORNOZ, Suzana; CARRION, Conceição. **Na condição de mulher**. Santa Cruz: Faculdades Integradas de Santa Cruz, 1985. p. 77-90.
- FALEIROS, Eva. Violência de Gênero. In: TAQUETTE, R. Stella. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007. p. 61-65.
- FELIPE, Jane. **Do amor (ou como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para sexualidade**. 2007. Trabalho apresentado no III Seminário Corpo, Gênero, Sexualidade - discutindo práticas educativas, Porto Alegre, 2007.
- FERNANDES, Aparecida Luz. Gênero e Feminismo: coisa de mulher? In: \_\_\_\_\_. Gênero e Feminismo: coisa de mulher? formação de mulheres para o exercício da cidadania. Porto Alegre: Coletivo Feminino Plural, Fundação Luterana, 2006, p. 9-13.
- FONSECA, Cláudia. A Vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Ética, Sexualidade, Política**. 2ª edição. São Paulo: Editora Forense Universitária, 2006.
- GIDDENS, Antony. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.



GROSSI, Miriam Pillar. Masculinidades: uma revisão teórica. **Revista Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, n. 75, p. 4-34, 2004.

GROSSI, Patrícia Krieger. Violência Contra a Mulher: implicações para os profissionais da saúde. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D. E.; WALDON, V. R. (Orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 133-149.

LOURO, Guacira. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MEYER, Dagmar. **Corpo, Violência e Educação**: uma abordagem de gênero. 2005. Trabalho apresentado na 28ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 2005.

\_\_\_\_\_. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane. F.; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-27.

MONTERO, Rosa. **História de Mulheres**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. **La Unidad de Salud de la Mujer de la OMS (WHD)**. Violência Contra la Mujer: um tema de salud prioritário. Genebra, 1998. (Sexta Sesión plenária, 25 de mayo de 1996. Junio 1998- A 49-vr-6)

PAIVA, Vera. **Evas, Marias, Liliths**: as voltas do feminino. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PETERS, Michel. **Pós-estruturalismo e Filosofia da Diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. Violência Estrutural e de Gênero: mulher gosta de apanhar? In: CAMARGO, Márcia (Org.). **Diálogos sobre violência doméstica e de gênero**: construindo políticas públicas, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2003.

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, p. 71-94, jul./dez. 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 73-102.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Cultural e Educação**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STROMQUIST, Nelly. La Busqueda del Empoderamiento: em qué puede contribuir el campo de la educacion. In: LEÓN, Magdalena. **El Empoderamiento em la Teoria y Práctica del Feminismo**. Bogotá: MT Editores, 1997. p. 105.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 7-72.

## **ANEXOS**

<b>Característica</b>		<b>N</b>	<b>%</b>
Busca pelo serviço	Espontânea	42	40,8
	Encaminhada	61	59,2
Característica da violência	Doméstica	99	96,1
	Na rua	3	2,9
	No trabalho	1	1,0
Duração da violência	Circunstancial	8	7,8
	Continuada	95	92,2
Relação com agressor	Ex marido	7	6,8
	Marido	80	77,7
	Namorado	6	5,8
	Namorado da mãe	1	1,0
	Paciente	1	1,0
	Pai	3	2,9
	Filho	2	1,9
	Desconhecido	3	2,9
Tipo de violência	Psicológica	103	100,0
	Física	70	68,0
	Sexual	21	20,4
	Patrimonial	34	33,0
Uso de substâncias tóxicas	Bebida de álcool	40	38,8
	Drogas	4	3,9
	Drogas e álcool	13	12,6
	Nenhuma	43	41,7
	SI	3	2,9
Situação conjugal	Casada	82	79,6
	Separada	7	6,8
	Solteira	12	11,7
	Viúva	2	1,9
Situação econômica	Aposentada	2	1,9
	Em benefício/ Seguro	6	5,9
	Trabalha	57	55,3
	Não trabalha	38	36,9
Filhos	Não	14	13,6
	Sim	89	86,4
Escolaridade	Analfabeta	1	1,0
	1ª a 4ª série	5	4,9
	5ª a 7ª série	15	14,5
	Ensino fundamental completo	5	4,9
	Ensino Médio	11	10,7
	Ensino Superior	2	1,9
	SI	64	62,1

Tabela **Características da Clientela do REVIVI**

## **Termo de Consentimento Livre Esclarecido**

**Pesquisa:** Mulheres em situação de violência atendidas pelo Centro REVIVI:  
**Relações de sujeição e resistência**

**Aluna:** Sandra Adelina Giacomini

**Orientadora:** Jane Felipe de Souza / UFRGS

1. Você é convidada a participar desta pesquisa que tem como finalidade analisar a relação de sujeição e resistência que se estabelece em situações de violência de gênero.
2. Serão participantes da pesquisa mulheres em situação de violência que buscaram o Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência - REVIVI do município de Bento Gonçalves.
3. Ao participar desta pesquisa você deve permitir que as entrevistas realizadas no Centro REVIVI, por ocasião dos atendimentos realizados, sejam parte integrante da pesquisa.
4. Todas as informações fornecidas são estritamente sigilosas. A divulgação dos resultados será feita com base no conjunto. Alguns comentários individuais serão feitos sem identificação.
5. A participação é voluntária.
6. Esperamos que este estudo contribua com a produção de ações e de novos olhares para o enfrentamento da violência contra a mulher.
7. Você não tem nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela sua participação.

**Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida manifesto meu interesse na pesquisa.**

---

Assinatura da Participante

Bento Gonçalves,

## Cadastro da Mulher em Situação de violência Centro REVIVI

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Entrevistador: \_\_\_\_\_

### 1. Busca pelo serviço

- ( ) Espontânea. Como soube do serviço? \_\_\_\_\_  
 ( ) Encaminhada. Nome da instituição? \_\_\_\_\_

### 2. Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Trabalha: ( ) Sim ( ) Não

Local: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Estado civil

( ) Solteira

( ) Viúva

( ) Separada / Divorciada: tempo de convivência? \_\_\_\_\_

( ) Casada: quantos anos? \_\_\_\_\_

( ) União consensual: quantos anos? \_\_\_\_\_

Filhos (as): ( ) Não ( ) Sim, quantos \_\_\_\_\_

Filhos com o autor da agressão: \_\_\_\_\_ Idades: \_\_\_\_\_

Filhos de outros relacionamentos: \_\_\_\_\_ Idades: \_\_\_\_\_

Problemas de saúde: \_\_\_\_\_

Agravos de saúde em função da agressão: \_\_\_\_\_

### 3. Endereço

Rua: \_\_\_\_\_ N° \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

### 4. Caracterização da violência

( ) Doméstica ( ) Na rua ( ) No trabalho

Grau de parentesco Com o autor da agressão: \_\_\_\_\_

Nome do autor da agressão: \_\_\_\_\_

Local de trabalho: \_\_\_\_\_

Uso de álcool: ( ) Sim ( ) Não

Uso de outras drogas: ( ) Sim ( ) Não

Registro de ocorrência: ( ) Sim ( ) Não

Quantos: \_\_\_\_\_ Há quanto tempo: \_\_\_\_\_

Resumo da agressão:

\_\_\_\_\_



---

---

---

---

\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

---

---

---

---

\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

---

---

---

---

\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

---

---

---

---

\_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

---

---

---

---